

	R\$	
	2006	2005
Empreiteiros	180.099	88.133
Prestadores de Serviços	52.824	52.980
Cauções e Retenções Contratuais	29.782	25.432
<b>Total</b>	<b>262.705</b>	<b>166.545</b>

**12. IMPOSTOS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES A RECOLHER**

	R\$	
	2006	2004
Impostos a Recolher	3.276.794	3.158.734
Contribuições a recolher	3.774.197	1.793.938
Consignações a recolher	47.079	37.547
<b>Total</b>	<b>7.098.070</b>	<b>4.990.218</b>

Os valores em aberto estão corrigidos até 31/12/2006 pela correção oficial para tributos encargos em atraso.

**13. RECOLHIMENTO IMOBILIÁRIO A DISCRIMINARE OUTROS**

	R\$	
	2006	2005
Prêmios de Seguros a Pagar	4.181.684	4.181.684
Créditos a Repassar	200.909	-
FCVS a recolher	4.053.334	3.540.803
Valores Credores Transitórios	16.481.362	4.252.244
<b>Total</b>	<b>24.917.289</b>	<b>11.974.731</b>

**14. EMPRÉSTIMOS NA CAIXA ECONÔMICA – FASE RETORNO**

	R\$	
	2006	2005
Conjuntos Habitacionais	166.202.569	164.370.376
Programa FICAM	17.290.293	17.283.970
Programa PROMORAR	21.643.107	21.462.358
Empréstimo CEF em Fase de Retorno	7.992.524	8.851.680
<b>Total</b>	<b>213.128.493</b>	<b>211.968.384</b>

Refere-se a empréstimos contraídos junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para aplicação em obras dos conjuntos habitacionais, a quitação desses empréstimos está sendo feita pelo Governo do Estado do Piauí. Esses valores são atualizados pelas taxas contratadas, até 31/12/2006.

**15. EMPRÉSTIMO OUTROS AGENTES FASE DE CARÊNCIA**

	R\$	
	2006	2005
Empréstimos na CEF – Fase Carência	143.808	163.243
Emp. Outros Agentes – Fase Carência	1.578.669	1.547.431
<b>Total</b>	<b>1.722.477</b>	<b>1.710.674</b>

Refere-se a empréstimos contraídos junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para aplicação em obras dos conjuntos habitacionais.

**16. RECEITAS DIFERIDAS LÍQUIDAS**

Refere-se a receitas deduzidas das despesas oriundas da celebração de contratos para a venda de Conjuntos Habitacionais.

	R\$			2005
	2006	2006	2006	
	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	
Verde Que Te Quero Verde	7.140.064	(1.059.491)	6.080.574	7.555.800
Alô Teresina	1.517.995	(2.061.133)	(543.138)	1.787.077
O Sonho Não Acabou	2.807.496	(863.845)	1.943.651	2.859.419
Deus Quer	1.006.433	(69.365)	937.068	1.018.970
Passargada	77.435	(1.150.446)	(1.073.010)	200.718
Vamos Ver O Sol	805.796	0,00	805.796	825.112
Sol, Ceu, Brisa E Mar	570.662	(1.213.984)	(643.323)	674.538
PSH 1 Etapa	1.209.403	0,00	1.209.403	1.209.403
PSH Família Paulista I	2.858.051	0,00	2.858.051	2.858.050
Resid. São Felix	2.161	0,00	2.161	1.536.994
Outros	4.890.808	0,00	4.890.808	1.868.575
<b>Total</b>	<b>22.886.304</b>	<b>(6.418.264)</b>	<b>16.468.040</b>	<b>22.394.656</b>

**17. CAPITAL**

O capital social está composto de 93.111.264 ações ordinárias nominativas de valor de R\$ 1,00 em 31.12.06

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

O Governo do Estado do Piauí participa com 99,99% (em 31.12.04 era de 99,99%), do capital social da companhia.

**18. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL**

Referem-se a valores transferidos, em 2006, pelo Governo do Estado do Piauí para:

Descrição	R\$
Serem utilizados em futuro aumento de capital da Companhia, conforme determina a Instrução Normativa nº 125/91, da Secretaria da Fazenda Nacional, decorrentes de assunção das dívidas da Companhia junto a Caixa Econômica Federal.	14.041.131
Repasse para custeio	0,00
<b>Total</b>	<b>14.041.131</b>

**19. CONTINGÊNCIAS**

a) A declaração de imposto de renda e demais encargos tributários resultantes das operações da Companhia, estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

b) A Companhia possui diversas demandas judiciais nas cíveis, as quais não foram feitas provisão para possível perda.

c) Todas as informações relativas aos ativos contratados estão armazenadas em sistemas computadorizados de informação. A companhia não possui um plano de segurança nem de contingência com relação a esses sistemas, possuindo vulnerabilidades físicas e lógicas o que pode colocar em risco a gestão desses ativos.

**20. CONTINUIDADE**

Existe um projeto para extinção da COHAB, por parte do Governo Estadual, e a sua substituição por uma Agência de Desenvolvimento Habitacional - ADH, de acordo com o Decreto nº 5.644/07, que assumirá todos os direitos e obrigações da companhia extinta, já aprovado pela Assembléia Legislativa.

**Marcelino Fonteles de Oliveira**  
Presidente

**Teresinha Maria da Rocha**  
Tec. Contábil CRC - PI Nº 3.146-0

**PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Aos Administradores e Acionistas da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ – COHAB/PI

1. Examinei o balanço patrimonial da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PIAUÍ – COHAB/PI** em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Exceto quanto aos assuntos comentados nos parágrafos 3, 4, 5 e 6 seguintes, os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os mesmos sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis. Portanto os exames compreenderam, entre outros procedimentos; a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da companhia; b) a constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Os controles internos mantidos pela companhia com relação às contas, “Prestações a Receber”, “Devedores por Vendas Compromissadas”, “Projetos em Fase de Desenvolvimento”, “Recolhimentos Imobiliários a Discriminar”, “Empréstimos e Financiamentos”, “Impostos e Contribuições a Recolher”, não permitiu a aplicação de determinados procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias, para a minha conclusão quanto à adequação dos saldos dessas contas e suas correspondentes contrapartidas.

4. Não existe controle extra contábil que permita a identificação e controle de todos os bens existentes no ativo imobilizado, inviabilizando assim qualquer confronto com a posição contábil, além de impossibilidade da mensuração das quotas de depreciação.

5. A Companhia não constituiu nenhuma provisão sobre contingências trabalhistas ou fiscais, de modo que as ações atualmente em vigor contra a companhia não foram contempladas em provisões destinadas a cobertura desses encargos. A assessoria jurídica não informou o montante possível para cobrir eventuais perdas.

6. Conforme mencionado na nota 19 c) a companhia não possui um plano de segurança nem de contingência com relação aos seus principais sistemas computadorizados de informação, possuindo vulnerabilidades físicas e lógicas. Todas as informações relativas aos ativos contratados estão armazenadas nesses sistemas. Em caso de acidente, com perda das informações armazenadas, a possibilidade de recuperação dos dados seria pequena, o que impossibilitaria a companhia de continuar suas operações por absoluta falta de informações sobre aqueles ativos.

7. Conforme mencionado na nota 7 a) companhia irá promover por força de Lei, a quitação dos contratos assinados até 31/12/87, através de anistia. Essa quitação irá